

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

O DOMÍNIO PÚBLICO E A GEOGRAFIA

Iasmine Caron Alves

Boletim Gaúcho de Geografia, 20: 155, dez., 1995.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38203/24585>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 1995

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

O DOMÍNIO PÚBLICO E A GEOGRAFIA

Iasmine Caron Alves *

O profissional em Geografia atua em diversos setores na Sociedade, seja de maneira direta (como agente administrativo) ou indireta (como consultor de empreendimentos particulares e/ou públicos ou, ainda, híbridos). Desse modo, evidencia-se a necessidade de transpor os conhecimentos obtidos no âmbito do seu aprendizado e incluir nestes a prática efetiva com o maior êxito. É através do estudo do modo como funciona a sociedade e das regras que a constituem que o profissional em Geografia consubstancia seu arcabouço com o fim de exercer plena e conscientemente as tarefas que sua profissão lhe designa. Para tanto, é preciso que este profissional busque um sólido conhecimento das regras e normas jurídicas que compõem, delimitam, ampliam e delegam sobre suas tarefas.

Com este enfoque, há a necessidade de conjugar a Geografia e a legislação brasileira pertinente às atribuições do geógrafo, bem como promover o desembaraço conceitual-teórico/prático entre os mesmos assuntos e temas abordados tanto na Geografia quanto na legislação brasileira com o objetivo primaz da elucidação em prol do bem-comum da sociedade. Nesse sentido, o estudo aqui esboçado – *O Domínio Público e a Geografia* – traz consigo os tópicos relevantes a este objetivo, com a finalidade de afastar dúvidas, encontrar as melhores e possíveis soluções para a promoção do bem-estar da sociedade e, também, denotar as virtudes de um profissional bem preparado e consciente em relação ao seu trabalho.

Este estudo tem como tópicos principais os conflitos entre a legislação brasileira e a Geografia sob os seguintes aspectos: 1) Terras. Como subítens: 1.1) Origens das Terras Públicas, onde se encontra exposto um apanhado histórico-geográfico da composição das terras no Brasil, desde sua colonização até nossos dias; 1.2) Terrenos Reservados; sua vigência, conflito entre o conceitual adotado pela legislação e a prática geográfica; 1.3) Terrenos de Marinha e seus acréscidos; as concepções utilizadas e a prática vigente segundo a doutrina jurídica e a jurisprudência e o que o profissional em Geografia pode contribuir, haja vista a necessidade de revisão de autoridade competente em assunto ambiental; 1.4) Terras Tradicionalmente Ocupadas por Silvícolas; os litígios em face das demarcações e fronteiras sem a participação do profissional habilitado a compor balizamento topográfico e concepção de cartas e mapas, bem como da integração entre os silvícolas, seu espaço e a sociedade; 1.5) Terras Devolutas; as grandes questões habitacionais e agrárias tocadas de modos distintos e prejudiciais à sociedade; 1.6) Terrenos Urbanos e Terras Rurais; seus conceitos e a problemática vigente em torno da posse, propriedade e plano diretor que envolve essas terras; 1.7) Faixa de Fronteira; a problemática da soberania versus a prática da delimitação e do saber geográfico; 2) Águas, como subítens: 2.1) Ilhas; distinção dos enfoques geográfico e jurídico gerando conflitos entre o poder público e particulares, entre estes últimos posseiros/sem terra e/ou população de baixa renda e as medidas possíveis; 2.2) Alveos Abandonados; o conceitual geográfico e jurídico mais uma vez distinto e necessitando de unificação em face da sua ocupação pela população adjacente a estas áreas.

Através da execução deste estudo, busca-se orientar o profissional em Geografia bem como alertar a sociedade da necessidade de ouvir-se os técnicos das diferentes áreas do conhecimento quando da elaboração de leis, a fim de unificar-se a “linguagem” e trazer melhores resultados ao todo.

* Aluna do Curso de Geografia e bolsista no Programa Especial de Treinamento (PET/GEOGRAFIA) da UFRGS.